ISSN Impresso 1809-3280 | ISSN Eletrônico 2177-1758
www. esmarn.tjrn.jus.br/revistas

A IMPORTÂNCIA DA PERCEPÇÃO HOLÍSTICA DO CONSUMIDOR COMO SUPORTE DE UMA SOCIEDADE PERDURÁVEL

THE IMPORTANCE OF HOLISTIC CONSUMER PERCEPTIONS OF SUPPORT AS A SOCIETY LASTING

Antonio Augusto Cruz Porto*
Cibele Merlin Torres**

RESUMO: O pensamento mecanicista influenciou sobremaneira a concepção científica do planeta, separando-se em esferas antagônicas o homem e a natureza. De igual forma, o individualismo racional e utilitarista do capitalismo sobrepôs os anseios econômicos, em detrimento da cultura ambiental, ensejando uma visível crise do sistema econômico-produtivo. Sob o ponto de vista da sociedade de consumo atual, revelam-se inúmeros aspectos deficitários no encadeamento do processo de produção de bens industrializados, dificultando ao consumidor o pleno conhecimento e a visão necessários para conectá-los. As etapas desse processo são mecanizadas e autônomas, desvinculando o homem – como consumidor – da natureza – como fonte geradora de recursos. Inserto nesses pressupostos, o estudo desenvolvido propõe correlacionar e incorporar o pensamento sistêmico às atitudes do consumidor, pautando-se em uma necessária mudança de valores e de percepção sobre o planeta, de modo a fazê-lo inserir-se no contexto do meio ambiente, tal como preconizado pela concepção holística de mundo, a fim de construir uma sociedade perdurável.
Palavras-chave: Meio ambiente. Visão holística. Consumo.

ABSTRACT: The mechanistic thinking greatly influenced the scientific understanding of the Earth and it is separated into two antagonistic spheres: the man and nature. Similarly, the rational and utilitarian individualism of capitalism overcame the economic aspirations at the detriment of environmental culture, allowing for a visible crisis in the productive and economic system. From the point of view of the current consumer society, many underfunded aspects are revealed in the chaining of the production in manufactured goods process, making it difficult for the consumer to have the full knowledge and vision needed to perceive

* Mestre em Direito pela Pontifícia Universidade Católica – PUC/PR. Professor das Faculdades Integradas Santa Cruz de Curitiba – FARESC e da Faculdade de Pinhais – FAPI. Advogado. Curitiba – Paraná – Brasil.
** Mestre em Direitos Fundamentais e Democracia pela UNIBRASIL/PR. Advogada. Curitiba – Paraná – Brasil.

them. The steps of this process are mechanized and autonomous, separating the man – as a consumer – of nature – as a source of resources. Under these assumptions, the study aims to correlate and incorporate systemic thought to consumer attitudes, basing themselves in a necessary change of values and perceptions of the planet in order to make it fit into the context of the environment, as recommended by the holistic approach in order to build an enduring society.
Keywords: Environment. Holistic view. Consumption.

SUMÁRIO: 1 INTRODUÇÃO; 2 ABORDAGEM HISTÓRICA: CONSEQUÊNCIAS DE UM MODELO ANTROPOCÊNTRICO**; 3 MUDANÇA DE PARADIGMA: VISÃO HOLÍSTICA; 4 CADEIA PRODUTIVA:** A LINEARIDADE DE UM PROCESSO AUTOMATIZADO E A CULTURA DA OBSOLESCÊNCIA**; 5 VISÃO HOLÍSTICA DO CONSUMIDOR:** MUDANÇA DE PERCEPÇÃO NA BUSCA DE UMA SOCIEDADE PERDURÁVEL**; 6 CONCLUSÃO; REFERÊNCIAS.**

1 INTRODUÇÃO

Embora seja corrente e secular a ideia de que o homem é um animal político e social, porquanto, natural e racionalmente, busca a interação com os demais homens para alcançar a plenitude de seu desenvolvimento, a sociedade moderna tem como característica visível o individualismo, tanto sob o viés social – no sentido da integração entre as pessoas – quanto sob o aspecto político-governamental – no sentido dos interesses particulares, sobrepondo-se às aspirações coletivo-públicas.

As comunidades antigas, ainda que de maneira rudimentar, não prescindiam da necessidade de estreitar os relacionamentos interpessoais com os demais povos, seja para a manutenção e a subsistência de uma pequena comunidade – na qual cada atividade (caça, pesca, colheita etc.) era exercida de maneira individual em prol da coletividade –, seja para ampliar as possibilidades de troca direta de produtos por meio daquilo que se costumou chamar escambo. As relações entre os homens (ou entre grupos de homens),

inclusive as relações econômicas[1], eram, não obstante primitivas, constantes e certamente aptas a promover o desenvolvimento de cada corpo comunitário, muito embora também fossem estopins para a geração de conflitos entre os diversos grupos sociais.

Na América do século XVI, a chegada dos europeus ao Novo Mundo, além de atiçar a curiosidade tanto dos índios quanto daqueles homens vindos de uma civilização pautada na concepção eurocentrista – fator a impulsionar e promover a miscigenação intercultural –, revelou, sobretudo, uma nova percepção acerca da umbilical relação daqueles prístinos povos indígenas com a natureza[2], cujas atividades de captação dos recursos naturais visavam, precipuamente, a resguardar a subsistência da comunidade, inspirados pelo menor dano possível à terra provedora[3].

A partir dos séculos XVI e XVII, o paradigma científico sob os moldes cartesianos revolucionou substancialmente a percepção do homem em relação ao seu meio. Particularizando e segmentando os elementos de estudo, deu-se vazão às especialidades (às partes), em detrimento das relações intersubjetivas dos componentes de determinado objeto analisado, de modo

1 Durante séculos, segundo acredita a antropologia econômica, a organização da produção foi fundada no chamado autoconsumo, ou seja, a mesma unidade produzia e consumia os bens de que necessitava. Ela era de caráter doméstico, constituída por famílias, no seu sentido ampliado. Essa pequena célula vivia privadamente, isto é, privada de bens, e suas necessidades eram extremamente limitadas, comportando, assim, a produção intramuros, seguida do próprio consumo. Trocas com vizinhos, amigos e até mesmo estranhos ou inimigos podiam ocorrer, mas eram excepcionais e não correspondiam ao abastecimento da família (NUSDEO, 2011).

2 Os povos indígenas bolivianos, equatorianos e dos Andes peruanos, especialmente, chamam-na *Pacha Mama* (mãe-terra). A propósito, as Constituições Equatoriana e Boliviana, certamente sob influência dessa cultura ancestral, sobrelevam a importância do meio ambiente sadio em diversas passagens do Texto Constitucional, atribuindo-lhe a característica de sujeito de direito, tal como o homem, individualmente, o é.

3 Jorge Caldeira (2008, p. 90), historiador brasileiro, ao abordar a economia indígena, trata da relação dos índios com a natureza: "[...] o calvinista Jean de Léry (1534-1611) era pouco propenso a acreditar na capacidade racional dos índios. Em contrapartida, teve uma sensibilidade especial para registrar o modo como os nativos concebiam a produção econômica, baseada no dano mínimo aos frutos da terra – que seriam a herança a ser deixada aos filhos. Para quem pensava assim, nada mais estranho que uma civilização preocupada em acumular muito em vida, arrancando a herança dos filhos da terra".

a, paulatinamente, ofuscar a visão do homem em torno do ambiente ao qual se vincula e do qual é parte integrante e interdependente[4].

Ato contínuo, a Revolução Industrial e Agrícola, na qual foram inseridos os europeus nos séculos XVII e XVIII, fez nascerem novas máquinas e procedimentos de industrialização, introduzindo produtos *in natura* em uma cadeia produtiva escalonada e voltada ao mercado de consumo – fator que veio gradativamente a intensificar a promoção de poluentes na atmosfera –, bem como implantando técnicas agrícolas para colheita de bens em larga escala – ofertando margem à utilização degradante do solo –, constituindo-se exemplos remotos de uma substancial mudança de percepção sobre o meio natural[5].

A mecanização do paradigma das ciências – malgrado tenha viabilizado inúmeros avanços científicos por meio da construção do conhecimento a partir da avaliação singular de elementos dentro de uma determinada estrutura, empreendendo importantes resultados futuros na biologia molecular, no estudo dos órgãos do corpo humano, na química e na física quântica[6] – promoveu uma deficiência na ideia de visão sistêmica de mundo, de modo a prejudicar, em um plano mais complexo, a construção de um pensamento científico preocupado com a cadeia de relações e a interligação das redes estruturais que permeiam o meio ambiente.

Tais exposições certamente não apresentam nenhuma novidade do ponto de vista acadêmico, mas servem de pano de fundo para refletir acerca do papel do consumidor dentro de uma sociedade de consumo com

4 Esse senso gradual de separação da natureza da cultura ocidental foi grandemente intensificado durante a Revolução Científica, que floresceu nos séculos XVI e XVII, na estreita da Guerra dos Trinta Anos (1618-1648), a qual dizimou a Europa, tendo sido um terrível conflito desencadeado pela fragmentação da Igreja na época da Reforma (século XV) (HARDING, 2008).

5 Sob o olhar socioeconômico, na visão de Paul Singer (2003, p. 197), "um dos efeitos da Revolução Industrial foi generalizar a separação do trabalhador da propriedade dos meios de produção. Esta separação se impôs devido ao alto custo dos novos meios mecânicos de produção e, sobretudo, do motor a vapor, o que os colocava fora do alcance econômico da grande maioria dos trabalhadores da época".

6 Sobre o tema, ver Capra (2004, p. 73-90).

características fundamentalmente individualistas[7]. Vale dizer: todos os seres vivos exercem um papel preponderante no desenvolvimento e na manutenção do planeta e, desse modo, precisam estar atentos às implicações de suas atitudes para com o meio ambiente, especialmente no exercício do papel de consumidor final.

No panorama do mundo atual, soma-se a essas observações a contribuição que as estruturas do modelo de pensamento e desenvolvimento econômico capitalista propiciam ao individualismo, ao consumo exacerbado e desmedido e, sobretudo, ao aprofundamento da divisão do mundo em blocos (particularizados segundo a ordem econômica global), como se a desconhecer a inter-relação entre todos os seres vivos do planeta.

Nessa conjuntura, o estudo a que se pretende dedicar este artigo intui verificar e concatenar – certamente de maneira lacunosa e inegavelmente incompleta, diante da importância e profundidade do assunto – a participação do consumidor e a importância de sua função no contexto da atual construção de mundo pautada na sustentabilidade, notadamente sob a perspectiva da criação de necessidades artificiais, dos impactos ambientais decorrentes e da responsabilidade dos seres humanos como consumidores.

2 **ABORDAGEM HISTÓRICA:** CONSEQUÊNCIAS DE UM MODELO ANTROPOCÊNTRICO

Os povos tradicionais e indígenas compreendiam a natureza como um ser dotado de vida, a partir de uma perspectiva animista, acreditando ser ela, em seu conjunto, uma comunhão de sujeitos e não uma simples coleção de objetos. Essa compreensão, contudo, deixou de apresentar-se como fonte inspiradora de reflexão humana após o advento dos métodos científicos cartesianos, inspirados pela Revolução Científica, especialmente notada nos

7 "O individualismo, pois, é dependente direto do egoísmo a quem se submete, e que a força a atuar como um fator de repressão, em contínua agressão contra a dominação da natureza, 'visando à dominação do homem pelo homem'. [...] Quanto mais o incremento civilizador evolui, mais o individualismo engloba as consciências, numa plena afirmação da filosofia de NIETZSCHE ('a Terra é há muito tempo um manicômio')" (DI BIASE, 1977, p. 62).

séculos XVI e XVII, oportunidade em que se passou a avaliar o mundo como uma máquina, dando vazão ao chamado pensamento mecanicista (HARDING, 2008).

> Nos sécs. XVI e XVII, a visão de mundo medieval, baseada na filosofia aristotélica e na teologia cristã, mudou radicalmente. A noção de um universo orgânico, vivo e espiritual foi substituída pela noção do mundo como uma máquina, e a máquina do mundo tornou-se a metáfora dominante da era moderna (CAPRA, 2004, p. 34).

O pensamento cartesiano, filosofado sob a perspectiva das ideias de Descartes, pressupunha a criação de um método analítico de análise, por meio da fragmentação do fenômeno a ser estudado, a fim de compreender o funcionamento do todo. Separando a mente e a matéria em mundos autônomos e independentes, compreender-se-ia o estudo científico a partir da avaliação das propriedades das respectivas partes de um determinado objeto, derivando disso a concepção do conjunto (CAPRA, 2004).

O marco histórico do método mecanicista de análise decorreu das descobertas em física, astronomia e matemática, derivadas da Revolução Científica e associadas, de maneira geral e não exaustiva, aos nomes de Copérnico, Galileu, Descartes, Bacon e Newton (CAPRA, 2004). A filosofia dos pensadores da época preconizava que o mundo seria baseado em uma razão matemática, de modo que a chave para conhecê-lo era o isolamento da mente em relação à natureza para a coleta de dados e observação dos processos mecânicos, invalidando as impressões subjetivas dos seres (HARDING, 2008). Apartando o homem da natureza, ele é segmentado em um mundo hermeticamente fechado, impermeável às redondezas ambientais.

A implicação da perspectiva reducionista/mecanicista também é notada no campo do espírito da economia capitalista, como adverte Weber (1980), na obra *A ética protestante e o espírito do capitalismo*. Por meio de um olhar

mecânico, de separação do homem em relação ao seu ambiente natural[8], o pensamento reducionista repousou influência no desenvolvimento da noção de racionalidade e de utilitarismo estrito, por intermédio da qual o homem insere-se no mundo como senhor da natureza, enquanto esta, seguindo o antropocentrismo da época, teria sido criada para servir aos seus desígnios.

Esse racionalismo – próprio, aliás, de um modelo econômico capitalista – advém da configuração de um molde mercadológico-econômico puramente "logicizado". O capitalismo como sistema econômico marcadamente individualista, para emancipar-se e sustentar-se ao longo do tempo, depende da técnica e do direito constituídos de forma racional, sendo igualmente determinado pela capacidade e disposição dos homens em adotar certos tipos de conduta racionalizada (WEBER, 1980), sem os quais o desenvolvimento do mercado não teria condições de implementação prática.

Portanto, o desenvolvimento do capitalismo pautado no crescimento econômico necessita de racionalidade[9], segurança e previsibilidade, tanto jurídica quanto econômica, a fim de dar-lhe segurança e respaldo nas relações negociais entre os indivíduos, transformando os recursos humanos em fontes de ganho de capital. Nesse contexto, a utilidade do indivíduo é construída por meio das oportunidades que cria para o crescimento econômico, ainda que em prejuízo do meio ambiente.

8 "O deslocamento das metas espirituais pelo impulso para a acumulação da riqueza tem suas origens na crença de que o homem é algo separado da natureza e que é seu dono. Levada a extremos, essa atitude tem conduzido ao abuso dos sistemas e recursos naturais. Tem cegado os planejadores econômicos para a necessidade de reconhecer a capacidade de sustentação da natureza e tem degenerado em liberdade excessiva para a tomada de decisão empresarial. No entanto, somente quando essa crença em última análise autodestrutiva for aniquilada e, como declara o analista social Willis Harmam, o homem for visto como uma 'parte integrante do mundo natural, e portanto inseparável dos processos e leis que o governam', haverá 'um sentimento de total comunhão entre os homens e de responsabilidade pela sorte do planeta' que se mesclará ao interesse pessoal e aos 'interesses dos semelhantes e das futuras gerações'" (BROWN, 1983, p. 403).

9 A administração puramente burocrática é a forma mais racional de exercício de dominação, bem como é considerada indispensável para a administração das massas, segundo Weber (1991). Relacionando a administração burocrática e o capitalismo, afirma que "[d]o mesmo modo que o capitalismo, em sua fase atual de desenvolvimento, exige a burocracia – ainda que os dois tenham raízes históricas diversas –, ele constitui também o fundamento econômico mais racional – por colocar fiscalmente à disposição dela os necessários meios monetários – sobre o qual ela pode existir em sua forma mais racional" (p. 146).

Essa visão utilitarista e individualista pressupõe que as virtudes do indivíduo somente podem ser consideradas ao serem efetivamente úteis a ele; já a utilidade, no particular, liga-se à importância do aumento do capital, ao crescimento econômico como um passo anterior ao desenvolvimento pessoal, de impulso à razão econômica na mesma medida do afastamento do homem da relação com o meio ambiente externo[10].

> Este processo de racionalização no campo da ciência e da organização econômica determina indubitavelmente uma parte importante dos ideais da vida da moderna sociedade burguesa. O trabalho a serviço de uma organização racional para o abastecimento de bens materiais à humanidade, sem dúvida, tem-se apresentado sempre aos representantes do espírito do capitalismo como uma das mais importantes finalidades de sua vida profissional (WEBER, 1980, p. 205).

Como principais componentes dessa economia capitalizada, Weber (1980) destaca o individualismo, a racionalidade técnica no cálculo empresarial e o dirigismo comercial focado no sucesso econômico, voltados não mais à satisfação de necessidades pessoais tradicionais, mas ao crescimento do capital como dever inerente à espécie humana e como condicionante da virtude, ainda que aparente, do homem. Não é de se olvidar o fato de o autor aduzir que o homem acabou sendo dominado pela produção do dinheiro, pela aquisição pura e individualizada, encarada como finalidade última da sua vida. Nesse contexto, a ânsia pela monetarização do mundo e pelo crescimento econômico a qualquer custo tem severas consequências ambientais, assomadas por uma falha na percepção do homem em relação ao seu meio. Quando se desintegra o indivíduo daquilo que lhe traz e lhe mantém a vida, apartando-o da natureza, congregam-se os fatores cruciais à formação de uma crise ambiental.

10 "Na racionalidade da modernidade, o direito do ser humano em relação à natureza é um direito provado, individual, de domínio sobre ela, onde os valores comuns da conservação não encontram uma via clara de expressão e defesa" (LEFF, 2001, p. 352).

Sobredita percepção entoou a visão da natureza apenas como fonte de recursos para a manutenção do sistema de produção capitalista e não como parte integrante e fundamental para a continuidade da vida na Terra. Dessa forma, o surgimento de inúmeros problemas ambientais oriundos dos riscos advindos da utilização de fontes de energia nuclear e derivadas do petróleo, os desgastes do solo pela monocultura extensiva e decorrentes da utilização de produtos agrotóxicos em escala progressiva, os constantes desmantelamentos de regiões inteiras de mata nativa, o aquecimento global dimanado de processos crescentes de emissão de gases de efeito estufa, a ineficiência de políticas de conscientização sobre o descarte não poluente de resíduos sólidos, todos somados são elementos que consubstanciam o pano de fundo de uma crise ambiental sem precedentes, antepondo-se como limitadora da racionalidade econômica.

Leff (2001) aduz que essa problemática ambiental emerge a partir de uma nominada "crise de civilização", derivativa de um ponto de saturação e do transbordamento da racionalidade econômica então dominante[11]. Salienta, nesse sentido:

> Sob o princípio da unidade da ciência e da universalidade do conhecimento, homogeneizou-se a visão da realidade, gerando um pensamento unidimensional e uma via de mão única no processo de globalização econômica, que une o mundo sob o signo do mercado. Neste processo desconhece-se a diversidade e a diferença como princípios constitutivos do ser e da vida, como base de uma democracia plural e uma equidade social aberta à diversidade cultural (LEFF, 2001, p. 347).

Para o autor, há de se sobrepor à racionalidade econômica – pautada em uma visão da natureza como instrumento ao processo de crescimento econômico – uma concepção de racionalidade ambiental, por meio de uma

11 Segundo Leff (2001, p. 346), "o processo de modernização, guiado pelo crescimento econômico e pelo progresso tecnológico, apoiou-se num regime jurídico fundado no direito positivo, forjado na ideologia das liberdades individuais, que privilegia os interesses privados".

nova ordem socioeconômica de consagração dos direitos ambientais (LEFF, 2001). Em outras palavras, propõe-se a retirada do homem utilitarista do centro, contextualizando-o como parte de um todo.

Harding (2008), por sua vez, anota que uma mudança de percepção demanda uma alteração de valores acerca da vivacidade dos bens ambientais, de modo a compreender o planeta Terra como um sujeito de direitos tal qual o ser humano.

> A crise vem desde a base de nossa percepção; não vemos mais o cosmos como vivo, nem reconhecemos que somos inseparáveis do conjunto da natureza e de nossa Terra como ser vivo. Mas há esperança, pois à medida que a crise se aprofunda, o apelo da *anima mundi* se intensifica (HARDING, 2008, p. 37).

Essa crise, na compreensão de Harding (2008), decorre da separação entre o fato e o sentido, para a qual a ciência mecanicista teve papel protuberante, fator que, em última análise, tencionou acarretar a destruição da camada de ozônio, a confecção de instrumentais atômicos, a destruição do solo por meio de uma agricultura intensiva e de monocultura, entre outros fatores deletérios ao meio ambiente natural.

Diante dessa crise de percepção de mundo, revela-se essencial a alteração de paradigmas cognitivos sobre a conexão indivíduo-meio ambiente, de modo a fundamentar os valores substanciais da vida voltados à construção sustentável do futuro, para os quais a ciência holística ganha trono e trunfo, como um modelo diferente de compreensão da umbilical relação homem-natureza.

3 MUDANÇA DE PARADIGMA: VISÃO HOLÍSTICA

No século XVIII, a partir de novos juízos valorativos decorrentes do chamado "Movimento Romântico da Arte", surgiram opositores à ideia cartesiana mecanicista, encabeçados por William Blake, Goethe ("figura central desse movimento", para quem cada criatura era apenas uma gradação

padronizada de um grande todo harmonioso), Immanuel Kant e Alexandre Von Humboldt (CAPRA, 2004).

Kant tinha como importante o entendimento da forma orgânica. Acreditava que a ciência podia oferecer explicações mecânicas, mas, em áreas em que elas se mostrassem inadequadas – como na hipótese de compreensão da vida –, essas concepções poderiam ser suplementadas. Sustentava ele que os organismos vivos, ao contrário de máquinas, eram autorreprodutores e auto-organizados, cada parte existindo por meio da outra (CAPRA, 2004). Essa visão romântica da natureza (harmoniosa) transplantou-se para a concepção que se adotou em relação ao planeta Terra, passando-se a intuí-la como um ser vivo, revivendo-se uma antiga tradição adormecida após Descartes.

Recentemente, a hipótese de Gaia[12] reinseriu, cientificamente, a Terra como um planeta vivo, com elementos-chave das teorias desenvolvidas no século XVIII (CAPRA, 2004). Essa consagração da concepção da vida pode ser vista como a linha de frente científica da mudança de paradigma de uma visão de mundo mecanicista para uma visão de mundo ecológica, holística.

Assim, para Capra (2004, p. 40):

> De acordo com a visão sistêmica, as propriedades essenciais de um organismo, ou sistema vivo, são propriedades do todo, que nenhuma das partes possui. Elas surgem das interações e das relações entre as partes. Essas propriedades são destruídas quando o sistema é dissecado, física ou teoricamente, em elementos isolados.

A compreensão sistêmica de mundo assenta inexistir sobreposição ou autonomia entre os diversos componentes da natureza, de modo que todos (humanos, organismos vivos e comunidades orgânicas) fazem parte de uma grande teia de relações e interconexões, entrelaçadas e interdependentes.

12 Os povos tradicionais, durante milênios, acreditavam na existência de uma Mãe Terra, que concedia vida e recebia os mortos, chamada pelos gregos de Gaia – presença terrena do *anima mundi*. A experiência de Gaia como presença viva dissipou-se no Ocidente, sob o acúmulo de sedimentos de uma religiosidade do além e de uma ciência dualista (separação entre mente e fato), que via a Terra como máquina morta e obediente às leis cegas da física e da química (HARDING, 2008).

Desse modo, "na natureza, não há hierarquia, mas somente redes dentro de outras redes, sendo essa perspectiva fundamental na ecologia e na concepção científica da própria natureza da vida" (CAPRA, 2004, p. 45).

> A ciência holística entrelaça os aspectos empíricos e arquetípico da mente para que trabalhem juntos, como parceiros iguais, numa busca que tem por objetivo não uma compreensão completa e um domínio da natureza, mas que se esforça por alcançar uma genuína parceria com ela (HARDING, 2008, p. 39).

Esse modelo de compreensão transborda o individualismo próprio do sistema econômico da modernidade, alocando o homem como parte integrante do planeta. De tal maneira, a ciência holística encampa um pensamento sistêmico de mundo, intuindo "compreender o sistema a partir dos padrões de relacionamento entre as partes e não as partes como entidades isoladas" (HARDING, 2008, p. 42).

Ao ampliar o foco, é possível transportar essas ideias à relação do homem, na qualidade de consumidor de bens fisicamente duráveis, com a natureza, na busca de atribuir-lhe conscientização acerca de sua responsabilidade na aquisição e no descarte dos produtos adquiridos ao longo do tempo. Ao integrá-lo como parte no meio natural, concatenando sua existência à dos demais seres vivos no planeta, o homem deixa de enxergar-se como modelo de supremacia e de sobreposição racional, passando a gerir sua vida em concordância com os interesses do meio ambiente como sujeito de direito[13].

O marco teórico desse entendimento fundamenta-se, sobretudo, na teoria sistêmica, consagrada, em especial, por Humberto Maturana (1997) e, mais propriamente, pelo físico austríaco Fritjof Capra (2004), para quem

13 O homem não simplesmente pode continuar a ignorar sua dependência da natureza ou os inevitáveis efeitos secundários que ocorrem quando altera os ecossistemas; "é necessária uma reavaliação do lugar do homem na natureza sobrevida, é preciso que desenvolva uma consciência ecológica, com compreensão, amor e respeito pelo ecossistema terrestre, do qual ele é apenas uma parte" (PRINGLE; DI BIASE, 1977, p. 141-146).

a noção de ecologia profunda deve sobrepor-se ao racionalismo econômico da atualidade, concebendo o mundo como uma teia de redes absolutamente integradas e interdependentes.

4 CADEIA PRODUTIVA: A LINEARIDADE DE UM PROCESSO AUTOMATIZADO E A CULTURA DA OBSOLESCÊNCIA

A mecanização do processo de encadeamento produtivo – visível a partir, notadamente, da Revolução Científica da segunda metade do século XVIII – permitiu, por um lado, que os bens de consumo ganhassem maior complexidade tecnológica, resultante de uma capacidade de produção sistematicamente organizada; de outro, porém, a separação entre a produção, a distribuição e a comercialização desembocou em uma larga especialização e em uma constante massificação do comércio, afastando o consumidor final dos meandros desse sistema, de modo a torná-lo desinteressado e desconectado dos importantes aspectos inerentes à alocação de bens de consumo.

A busca de uma compreensão sistêmica por parte do consumidor deve ser aplainada em uma incursão cognitiva aos meios e setores responsáveis pela disponibilização de bens duráveis ao comércio. Deve-se compreender, sobretudo, o funcionamento não linear de um sistema produtivo que, a olhos nus, está em crise de planejamento e execução, justamente por trabalhar de forma independente e desconectada.

Em uma superficial análise, sabe-se que a dinâmica da economia dos materiais perpassa fases que vão da extração à produção, passando pela distribuição, consumo e descarte dos bens, sem que, entre elas, se faça denotar a fragilidade dos elos que as interligam. Dessa forma, tendo como panorama a atual conjuntura da sociedade de consumo, a constante degradação ambiental – potencializada por conta dos inúmeros produtos postos fora de uso – reflete o papel do consumidor nesse concerto, que está absolutamente desarmônico.

Nessa trilha, revelam-se em proeminente destaque os impactos ambientais, resultantes: a) de uma maciça produção de bens duráveis, fabricados

com predisposição à obsolescência (obsolescência programada ou planejada); b) de um consumo desenfreado e, no mais das vezes, desnecessário (obsolescência perceptiva); e c) da degradação do meio ambiente, impulsionada pela carga de resíduos tóxicos decorrentes da fabricação e pelos danos ambientais gerados quando do descarte dos bens consumidos.

Como mencionado, os produtos colocados à disposição do consumidor, antes de chegarem às lojas, passam por fases perceptivelmente autônomas: da extração dos recursos naturais[14] para a produção, alinhando-se à distribuição, até o encontro com o consumidor. O consumidor, por sua vez, é o mote do sistema, o vetor motriz permanente que impulsiona a engrenagem da comunicação entre as etapas produtivas. Entretanto, a linearidade desse mecanismo, assomado pela evidente política do consumo exacerbado, implica um choque com a capacidade do planeta, cujos recursos são inescapavelmente finitos[15].

Esse entrechoque de forças econômico-produtivas de um lado e, de outro, da capacidade ambiental revela com clareza os valores sociais em que se debruçam as expectativas do homem moderno, para o qual a vida tende a se resumir aos ganhos materiais, sem que disso derive preocupação com meio ambiente. Nesse panorama, acentua Brown (1983, p. 412) que "os valores pessoais e sociais do homem ocidental evoluíram no contexto de um mundo

14 Por recursos naturais entendem-se todos os componentes oriundos do planeta, renováveis ou finitos, que servem direta ou indiretamente a todos os seres vivos, na utilização como consumo final ou insumo a uma determinada cadeia de produção, seja por intermédio de organismos naturais, manufatura ou aplicação de benefícios tecnológico-industriais. São elementos que se formam de maneira intrínseca à própria capacidade viva do planeta, podendo sua origem remontar a priscas eras ou redundar de renovação natural ao longo do tempo, seja por ação do homem ou por decorrência de natural aptidão do meio ambiente.

15 Na teoria econômica da natureza, aparece como uma fonte infinita de recursos disponíveis para sua apropriação e transformação econômica guiada pelas leis do mercado; sua falha provém de sua visão do processo econômico como um fluxo circular de valores econômicos e preços de fatores produtivos. No entanto, a produção aparece como um processo irreversível de degradação entrópica, de transformação de baixa em alta entropia. A externalização da natureza do sistema econômico é, justamente, o efeito do desconhecimento da entropia (a segunda lei da termodinâmica), que estabelece os limites impostos pela natureza ao processo econômico, ocultando as causas da crise ambiental e da insustentabilidade ecológica da economia (LEFF, 2006).

aparentemente infinito, onde a obtenção de maior quantidade de tudo, hoje, não entrava em choque com a obtenção de mais amanhã também".

No curso da extração desmedida, desprezando os inúmeros males ocasionados ao ecossistema, emergem conhecidos problemas, como, entre tantos outros[16], a erosão e o excessivo desgaste do solo, o desflorestamento extrativista, as queimadas de zonas inteiras de mata nativa e ciliar, a destruição de habitats naturais (aquáticos e terrestres) e o exortamento de pessoas que dependiam da terra para retirar seu sustento.

Da extração, os materiais movem-se para uma etapa de transformação[17], momento em que os recursos naturais são convertidos em produtos de consumo. No mais das vezes, nessa etapa, incrementam-se inúmeros produtos químicos potencialmente tóxicos e que não passam previamente por testes para identificar eventual incompatibilidade com a saúde humana. Além disso, a poluição resultante do processo de produção dos bens é lançada ao meio ambiente, alterando as condições do ar, do solo, dos rios e das florestas.

O passo seguinte – depois que os recursos naturais transmudam-se em produtos – é a distribuição, a qual se vangloria, basicamente, por vender a maior quantidade de produtos no menor período de tempo. Uma das formas de atingir esse objetivo é manter os preços baixos e, para tanto, as empresas costumam externalizar os custos, ou seja, não pagam o verdadeiro preço da produção, "repassando" o custo para os trabalhadores (ao explorar a mão de obra) e o meio ambiente (ao explorar os recursos naturais de forma

16 Os demais efeitos maléficos ao ecossistema não são aqui ignorados. No presente estudo, abordar-se-ão apenas alguns a título exemplificativo, como: "[o] esgotamento dos recursos naturais e a erosão da terra; a poluição química do ar e da água; os altos níveis de barulho, de luz e de outros estímulos; a feiúra universal e as inevitáveis tensões resultantes das altas densidades populacionais e da vida mecanizada" (DUBOS, 1974, p. 193), fenômenos que ameaçam a vida do homem moderno e se tornaram críticos durante as últimas décadas.

17 A produção, nesse sentido, não se volta para uma determinada finalidade, mas realiza uma espécie de retroalimentação: o indivíduo produz para aumentar sua produção. Quando a sociedade vira uma grande cadeia circular, em que se consume para aumentar a própria capacidade de produção de bens de consumo, que alimenta o produtor/trabalhador para produzir mais e assim sucessivamente, não se tem mais propriamente uma relação finalística (FERRAZ JÚNIOR; SALOMÃO FILHO; NUSDEO, 2009).

desmedida, aproveitando a inexistência de regulamentações ambientais eficientes)[18]. Outro problema desse mercado de consumo livre e desregulado, consoante aponta Brown (1983, p. 330), é o fato de inexistir respeito à sua própria capacidade de sustentação:

> As forças mercadológicas podem destruir áreas de pesca, florestas, pastagens e terras de plantio. O mercado não dispõe de um alarme, que soe quando a capacidade de sustentação de um sistema biológico seja transgredida. Só quando o sistema desaba e os preços sobem disparados é que o mercado 'sabe' que alguma coisa andou errado. E a essa altura, naturalmente, o recurso ameaçado pode estar danificado de forma irreparável.

Da exploração à produção, pelo intermédio da distribuição, chega-se ao consumo, o coração do sistema, que faz a engrenagem funcionar.

A maneira como a sociedade atual molda seus membros "é ditada primeiro e acima de tudo pelo dever de desempenhar o papel de consumidor" (BAUMAN, 1999, p. 89). Por consequência, forma-se uma sociedade cuja identidade principal afetada é o fato de sermos todos consumidores, uma "sociedade que promove, encoraja ou reforça a escolha de um estilo de vida e uma estratégia existencial consumista, e rejeita todas as opções culturais alternativas" (BAUMAN, 2008, p. 71).

Mas nem sempre foi assim. Conta-se que, logo após a Segunda Guerra Mundial, se buscou uma forma de melhorar a economia. Nessa oportunidade, Lebow (1955, p. 7, tradução nossa), um analista de varejo, articula a solução:

> Nossa economia altamente produtiva [...] exige que façamos o consumo nosso meio de vida, que devemos converter a compra e o uso desses bens em rituais, que busquemos nossa satisfação espiritual, a satisfação do nosso ego, em consumo.

18 Nesse sentido, Brown (1983, p. 330) aponta como uma fraqueza do mercado livre a "inabilidade para levar em conta os custos externos associados a várias atividades econômicas". Cite-se o exemplo da poluição industrial do ar. Em que isso incomoda o produtor ou o consumidor? "Os custos da poluição não recaem sobre nenhum deles; são pagos, em vez disso, por aqueles que vivem a sotavento da usina de aço" (p. 330).

> [...] Precisamos ter coisas consumidas, queimadas, substituídas e descartadas de modo mais e mais acelerado.[19]

Os anos que se seguiram à guerra foram de prosperidade nos Estados Unidos, principalmente para a classe média branca, estimulada pelo grande leque de novos bens "duráveis", eletrodomésticos, automóveis, residências de subúrbio e pelo consumo do lazer (LIMONCIC, 2004). Segundo Dubos (1974, p. 161), "todas as sociedades influenciadas pela civilização ocidental" empenharam-se no que ele chama "evangelho do crescimento – a doutrina do dervixe rodopiante que ensina: 'produza mais para poder consumir mais para poder produzir ainda mais'". A partir de então, o valor principal da sociedade ocidental passou a ser o consumo, alinhado por táticas gerenciais e publicitárias para mantê-lo e estimulá-lo.

Duas estratégias são apontadas como responsáveis por fazer com que as pessoas aderissem a esse valor: as chamadas "obsolescência programada" e "obsolescência perceptiva". Nas palavras de Bauman (2008, p. 31), a obsolescência seria:

> [...] a necessidade de substituir objetos de consumo defasado, menos que plenamente satisfatórios e/ou não mais desejados está inscrita no design dos produtos e nas campanhas publicitárias calculadas para o crescimento constante das vendas. A curta expectativa de vida de um produto na prática e na

19 Em 1955, Lebow escreveu um artigo intitulado *Price competition in 1955*, publicado no *Journal of Retailing*, em que afirma: "*Our enormously productive economy demands that we make consumption our way of life, that we convert the buying and use of goods into rituals, that we seek our spiritual satisfactions, our ego satisfactions, in consumption. The measure of social status, of social acceptance, of prestige, is now to be found in our consumptive patterns. The very meaning and significance of our lives today expressed in consumptive terms. The greater the pressures upon the individual to conform to safe and accepted social standards, the more does he tend to express his aspirations and his individuality in terms of what he wears, drives, eats- his home, his car, his pattern of food serving, his hobbies. These commodities and services must be offered to the consumer with a special urgency. We require not only 'forced draft' consumption, but 'expensive' consumption as well. We need things consumed, burned up, worn out, replaced, and discarded at an ever increasing pace. We need to have people eat, drink, dress, ride, live, with ever more complicated and, therefore, constantly more expensive consumption. The home power tools and the whole 'do-it-yourself' movement are excellent examples of 'expensive' consumption*" (p. 7).

> utilidade proclamada está incluída na estratégia de marketing e no cálculo de lucros: tende a ser preconcebida, prescrita e instilada nas práticas dos consumidores mediante a apoteose das novas ofertas (de hoje) e a difamação das antigas (de ontem).

Dubos (1974, p. 163), ao tratar da obsolescência inserida no contexto das mudanças tecnológicas[20], constata que "na maioria dos casos a ciência está hoje sendo usada para fins tecnológicos que nada têm as necessidades humanas e cujo objetivo único é criar novas exigências artificiais". Não bastasse isso, muitas das novas necessidades criadas artificialmente "são prejudiciais à saúde e pervertem as aspirações da humanidade" (p. 163).

Brubaker (1976, p. 228), em sua obra Viver na Terra: o homem e seu ambiente em perspectiva, ao analisar essas mutações, afirma:

> Tudo isso é, a nosso ver, consequência de um desenvolvimento tecnológico desmedido que não se fez acompanhar de igual progresso moral. Monta-se uma indústria para produção de grande número de carros; diminui-se a qualidade dos mesmos e, em conseqüência, a sua durabilidade; entra em ação o sistema promocional que 'obriga' – pelo condicionamento – a troca contínua do carro, que não é mais consertado, mas trocado por um novo, de último tipo, que muda ao menos uma vez por ano; conseqüência: os 'cemitérios' de automóveis onde 'enterramos' carros que seriam perfeitamente utilizáveis, caso a indústria estivesse montada em bases diversas. Se falamos em falta de progresso moral, acima, o fizemos deliberadamente, pois para nós é imoral qualquer sistema em que poucos usufruem de benefícios, em detrimento da coletividade.

Dessa forma, a obsolescência programada, calcada no objetivismo, corresponde à durabilidade útil do produto, estimada por prazo de validade predeterminado, ou seja, diminuem-se a qualidade e a durabilidade dos

20 "Muitos dos problemas com os quais a humanidade se depara hoje em dia são consequência da separação entre a natureza do homem, seu ambiente e as criações da tecnologia científica" (DUBOS, 1974, p. 185).

produtos, com o intuito de que seja descartado o mais rapidamente possível, para outro ser adquirido. Isso vale tanto para bens não duráveis quanto para bens "duráveis" (eletrodomésticos, computadores, DVDs etc.). Nesse contexto, "a durabilidade física dos objetos de desejo não é mais exigida" (BAUMAN, 1999, p. 90).

A obsolescência perceptiva[21], por sua vez, trabalha sob o viés subjetivo, de modo a convencer o consumidor a descartar produtos ainda perfeitamente úteis para que um novo, mais moderno e teoricamente mais qualificado, seja obtido[22]. Nesse contexto, Brubaker (1976) avalia que nossa adoração pela moda e por mudanças é uma das raízes do problema. Para ele, "vivemos numa sociedade de dispensação", em que "não apenas os bens não duráveis geram boa parte do nosso problema da eliminação dos detritos sólidos; verificamos também que muitos dos nossos bens duráveis são inteiramente dispensáveis" (p. 208).

Soma-se a tudo isso a "manipulação dos gostos e apetites do público por meio da propaganda", em condições que "talvez não sirvam ao interesse público e que impedem violentamente a transição para uma sociedade perdurável" (BROWN, 1983, p. 330). A propaganda[23], nesse aspecto, exerce um papel de suma importância, pois apresenta "imagens glamorosas de modernidade para bilhões de pessoas em todo o mundo, sem deixar claro que o estilo de vida do consumo material finito é totalmente insustentável" (CAPRA, 2004, p. 159).

Di Biase (1977, p. 58) conclui que falta aos indivíduos a capacidade de analisar os fatos conscientemente, eis que "a imensa massa de consumidores

21 Gabardo (2009, p. 44), em sua tese de doutorado, afirma que Bauman "identifica como característica fundamental da sociedade atual a substituição de seus fundamentos, que antes se centravam na idéia de 'necessidade' (ainda que artificial/inventada) e agora se deslocam para o desejo (por definição insaciável)", podendo ser vista como uma forma de manifestação da obsolescência perceptiva.

22 "Para os bons consumidores não é a satisfação das necessidades que atormenta a pessoa, mas os tormentos dos desejos ainda não percebidos nem suspeitados que fazem a promessa ser tão tentadora" (BAUMAN, 1999, p. 90).

23 Ignacio Romanet, citado por Bauman (2008, p. 54), calculou que nos últimos 30 anos se produziu mais informação no mundo do que nos 5 mil anos anteriores: "Um único exemplar da edição dominical do New York Times contém mais informação do que a que seria consumida por uma pessoa culta do séc. XVIII durante toda a vida".

é absorvida pelo imediatismo"[24]. Dessa forma, a publicidade direcionada para o consumo resulta em uma "pressão internalizada", a "impossibilidade de viver a vida de qualquer outra forma, revela-se para esses consumidores sob o disfarce de um exercício da vontade" (BAUMAN, 1999, p. 92).

A mídia exibe, portanto, apenas uma parte do sistema: o consumo, o *shopping*, as compras, e esconde todo o restante: a depleção dos recursos naturais e humanos da extração ao descarte, assim como o lixo resultante do processo de produção e do consumo desmedido (e, por diversas vezes, desnecessário). Como os produtos não são feitos para durar, não se dá importância ao reparo[25]: "Esquecem-se os reparos na eterna suposição de que desejamos algo novo. Em consequência, surgem a sobrecarga da produção inútil e o problema da colocação da mercadoria refugada" (BRUBAKER, 1976, p. 208).

Pelo menos até a Revolução Industrial, os detritos eram essencialmente orgânicos, fator a facilitar a sua destruição e transformação por organismos vivos, como bactérias e fungos. No entanto, a indústria passou a espalhar sobre o planeta produtos mais resistentes à desintegração natural[26], impulsionando uma massa de lixo residual em proporções desmedidas. Apesar da mudança na composição dos produtos rapidamente descartados pelos consumidores:

> [...] a atitude do homem relativamente aos detritos permanece a mesma de antigamente: contenta-se em despejá-los na natureza, tanto no ar como na água, sem se preocupar com o que acontecerá com eles. De um modo geral, a situação não era

24 A felicidade por intermédio do consumo imediato ou de outras formas de imediatismo (como as relações de curta duração) não será atingida, visto somente ser adquirida, segundo Di Biase (1921), com persistência, tolerância e continuidade de ação. "O prazer poderá ser comprado, mas a felicidade terá de ser adquirida com esforços. A busca do prazer no imediatismo supõe a fuga do sofrimento que sempre participa da vida humana, quer sob a forma de danos materiais ou psíquicos" (p. 59-60).

25 "O resultado do consumismo de bens desnecessários e rapidamente descartáveis é o lixo. Nesta sociedade de consumo 99% (noventa e nove por cento) do que consumimos vira lixo em apenas seis meses" (HAWKEN; LOVIN; LOVIN, 1999, p. 81).

26 "Sua 'duração de vida', por vezes considerável, torna o seu impacto muito mais profundo" (DORST, 1973, p. 227).

> muito grave quando a velocidade com que esses detritos eram espalhados era mais ou menos proporcional à velocidade com que se degradavam, pois era possível estabelecer, assim, um certo equilíbrio (DORST, 1973, p. 227).

É cediço que os detritos sólidos[27] representam um alto risco ambiental, bem como, dependendo do seu tratamento – envio para os aterros ou incinerados –, poluem o ar e a água, principalmente os lençóis freáticos (DORST, 1973; BRUBAKER, 1976). Hodiernamente, portanto, os produtos são adquiridos sem que sua utilidade real seja exatamente dimensionada[28], criando-se, por meio de valiosos instrumentos de publicidade de propaganda, necessidades puramente artificiais, impossibilitando ao consumidor perceber os impactos ambientais derivativos do lixo produzido[29] e potencializado pelo consumo desconexo.

A par disso, como é possível atualizar nossa forma de pensar e enxergar o mundo em que vivemos com base em novos arcabouços epistemológicos, como a ideia de desenvolvimento sustentável e a percepção de que vivemos em um mundo finito? Nesse contexto, uma das mudanças possíveis – e, crê-se, necessária – é a transformação de um pensamento cartesiano mecanicista do homem, do meio ambiente e das relações de consumo para uma visão holística.

Essa divulgação educacional sistêmica torna-se um importante começo, consubstanciando a pavimentação inicial em que se encaminhará uma mudança de paradigma, tornando a sustentabilidade um padrão de comportamento do consumidor, baseado na noção do consumo equilibrado e consciente, objetivando a construção de um sistema autopoiético (termo

27 "Os produtos de papel – papelão, jornais e outros – constituem cerca de metade dos refugos recolhidos aos depósitos municipais. [...] O problemas dos detritos sólidos decorre principalmente do custo da coleta e da facilidade de acúmulo. A cooperação pública, tanto na redução da demanda de embalagens quanto no evitarem-se acúmulos, será necessária" (BRUBAKER, 1976, p. 158 e 188). "Em nossos dias, o problema dos resíduos das atividades humanas de origem doméstica ou industrial tornou-se extremamente sério" (DORST, 1973, p. 227).

28 Não é sem razão que, nas últimas três décadas, um terço dos recursos do planeta foi consumido (HAWKEN; LOVIN; LOVIN, 1999).

29 "O lixo é, em boa parte, subproduto do consumismo, sendo um tema fundamental a questão de seu destino final, nas megalópoles de nosso tempo" (AZEVEDO, 2008, p. 113).

cunhado por Maturana[30]), em que os bens produzidos possam ser integralmente reintegrados ao sistema de produção, num processo contínuo de reciclagem, a evitar o desperdício, o lixo infinito e a consequente degradação ambiental de todo o ecossistema.

5 VISÃO HOLÍSTICA DO CONSUMIDOR: MUDANÇA DE PERCEPÇÃO NA BUSCA DE UMA SOCIEDADE PERDURÁVEL

A maneira como a sociedade atual molda seus membros "é ditada primeiro e acima de tudo pelo dever de desempenhar o papel de consumidor" (BAUMAN, 1999, p. 89). Por consequência, formamos uma sociedade de consumidores, ou seja, uma "sociedade que promove, encoraja ou reforça a escolha de um estilo de vida e uma estratégia existencial consumista, e rejeita todas as opções culturais alternativas" (BAUMAN, 2008, p. 71).

Não há interesse em mensurar, por exemplo, a forma e os impactos ambientais e sociais anteriores ao término de determinada produção, tampouco se vislumbra, no momento de aquisição de um dado bem, o quanto esse item será útil (no sentido do tempo de vida próprio à destinação que lhe é atribuída), nem sua durabilidade física após o descarte a par da capacidade de absorção pela natureza. Como já se diagnosticou, a reciclagem com vistas a permitir a reutilização de um determinado material é uma alternativa, mas não plenamente suficiente, pois, a cada lata de lixo jogada fora, outras tantas são descartadas na produção do bem de consumo. Além disso, boa parte dos detritos não pode ser reciclada, por conter materiais tóxicos ou não ser desenhada para a reciclagem (como, por exemplo, as caixas de suco, que são feitas de metal, papel e plástico altamente químicos).

Consoante afirma Hawken (1999, p. 81), reciclar garrafas e papéis está bem longe de resolver o problema: "Para solucioná-lo, teremos que remodelar a produção industrial. O próximo negócio é repensar tudo o que consumimos: o que faz, de onde vem, para onde vai". Ainda na questão da reciclagem, é fato

30 Para que uma máquina seja autopoiética, "é necessário que as relações de produção que a definem sejam continuamente regeradas pelos componentes que produzem" e, "para que estes processos constituam uma máquina, devem concatenar-se para constituir uma unidade" (MATURANA, 1997, p. 71).

que não basta ensinar a correta separação e destinação do lixo, mas é essencial repensar as verdadeiras necessidades materiais humanas. Por conta disso, impende a realização de uma severa mudança de valores**,** porquanto tais vetores axiológicos "constituem a chave da evolução de uma sociedade perdurável, não só porque influenciam o comportamento, mas também porque determinam as prioridades de uma sociedade e, consequentemente, a sua capacidade de sobreviver" (BROWN, 1983, p. 400).

Torna-se imprescindível, nesse cenário, avaliar as consequências dos atos de consumo em longo prazo, bem como antever as interconexões entre todas as fases da cadeia produtiva – extração, produção, distribuição, consumo e descarte –, sobrelevando uma preocupação com a origem, o curso e o destino final dos bens adquiridos, na busca por uma sociedade perdurável. Afinal, embora seja relevante deixar um planeta melhor para os nossos filhos, tem-se ainda mais preponderante a obrigação de deixar filhos melhores para o nosso planeta. A mudança de valores, portanto, passa pelo novo olhar sobre a relação entre o homem e a natureza, compreendendo-se que a integração existente entre os seres vivos é o pressuposto necessário a uma utilização sustentável dos recursos naturais, de modo a torná-los também fonte de sustento às próximas gerações.

Necessariamente, o caminho para a perdurabilidade ficará cheio de valores jogados fora:

> Materialismo, obsolescência planejada e o desejo de grandes famílias não sobreviverão à transição. Mas não deixarão espaços vazios. Frugalidade, o desejo de harmonioso relacionamento com a natureza e outros valores compatíveis com uma sociedade perdurável tomarão o lugar deles (BROWN, 1983, p. 400).

Para a mudança de um mundo descartável para um mundo perdurável[31], Brown (1983) afirma que será necessário o envolvimento não apenas

31 Nesse sentido, Brown (1983, p. 416) aborda uma questão bastante interessante, ao afirmar que, "no final do séc. XX, a chave da segurança nacional é a perdurabilidade". Isso porque, "se os alicerces biológicos do sistema econômico global não puderem ser garantidos e se, em particular, novas fontes e sistemas de energia não estiverem em posição, quando os poços de petróleo começarem a secar, então as perturbações econômicas e os colapsos serão inevitáveis".

do Estado, mas também das organizações religiosas – "uma nova teologia baseada na rejeição da visão mecanicista do mundo" (p. 377) –, grupos de interesse público que atuam em diversos setores – "na preservação das glebas, a estabilização da população mundial, a conservação da energia, a preservação de espécies ameaçadas, a reciclagem dos produtos do lixo, o controle da poluição e a simplificação dos estilos de vida" (p. 388) –, universidades e meios de comunicação – "sua tarefa será a de disseminação de informações sobre a necessidade da mudança, assim como a de idéias sobre como fazer os diversos ajustamentos que a perdurabilidade requer" (p. 395).

Nesse caminho, "a transição de uma sociedade insustentável para uma sustentável conduzirá a estilos de vida materialmente diferentes", permeada por um sentimento "de participação e de um propósito comum" (BROWN, 1983, p. 423-424). A propósito, Brown (1983) propõe a expansão da ideia de uma simplicidade voluntária, que seria uma alternativa para o materialismo moderno. Em outras palavras, tratar-se-ia de "praticar a simplicidade voluntária significa adquirir coisas apenas para satisfação de necessidades básicas e procurar uma alta satisfação no desenvolvimento pessoal" (p. 405).

Outra proposta de Brown (1983) é estabelecer uma vida cotidiana pautada pela frugalidade conspícua, que pode se manifestar por meio de "um modo menos formal de vestir, de hábitos alimentares mais simples, ou de mudança nas formas de transporte [...]" (p. 407). Isso porque "o perigo de que nossa geração venha a consumir tanto, da base de recurso do planeta, que pouco fique restando para sustentar nossos netos é problema de crescente preocupação nas comunidades científicas e de outra natureza" (p. 411). Por conta disso, reputa-se de crucial importância, como sustentáculo a uma mudança de valores e de percepção, que os consumidores recebam informações qualitativas relativamente aos produtos expostos à venda, consoante, inclusive, estabelece a programática norma estampada no art. 4º, inciso IV, da Lei nº 8.078/1990.

Como forma de consagração efetiva dos direitos básicos do consumidor, entre os quais estão a saúde, a segurança, a liberdade de escolha e a informação, cabe à Política Nacional das Relações de Consumo estabelecer critérios objetivos de orientação do consumidor, inclusive no tocante à cadeia

trófica de produção, manutenção, durabilidade física e útil dos bens que lhe são destinados. Nesse contexto, a política educacional do consumidor não deve perpassar apenas o resguardo aos seus direitos básicos na relação negocial de consumo, de característica puramente privada. Transpassa, muito mais, uma intrincada operação de qualificação do consumidor, de modo a torná-lo cônscio também dos seus deveres coletivos em relação à sociedade e, notadamente, ao meio ambiente natural.

Portanto, a consagração do direito à informação ao consumidor, para além de reservar-lhe conhecimento acerca dos direitos assegurados pela Constituição Federal e pelo Código de Defesa do Consumidor – os quais se relacionam, quase unicamente, às verticalizadas relações mantidas com os fornecedores, fabricantes, produtores e distribuidores de bens –, deve ampliar para a educação e conscientização do consumo, não como um fim em si mesmo, mas como o motor de um sistema que está, como dito, em evidente crise ambiental. Aos consumidores, dessa forma, deve-se resguardar o direito à informação acerca, também, das consequências maléficas das tresloucadas práticas consumistas, tanto quanto se lhes assegura o direito à informação sobre suas garantias permeadas na relação contratual mantida com os fornecedores e fabricantes de bens.

Na mesma trilha, está a ideia da ponderação de Lemos (2011, p. 35):

> De fato, os consumidores deveriam dispor e processar uma grande quantidade de informação de forma a medir as conseqüências ambientais do consumo de um ou de outro produto ou de um similar oferecido por uma ou outra empresa, o que depende de informação relativa a todo o clico de vida do produto. Daí o cabimento de um mecanismo institucional que permita diferenciar entre o 'ecológico' e o 'não ecológico', como ocorre com a rotulagem ecológica que funciona em alguns países da União Européia.

O cenário legislativo brasileiro, de certa maneira, tem sido pródigo em implantar instrumentos de concretização de um consumo sustentável[32],

32 No contexto atual brasileiro, encontra-se uma série de mecanismos propiciadores do consumo sustentável, como a legislação sobre agrotóxicos, a Lei da Política Nacional de Resíduos Sólidos, a Lei de Biossegurança, as regras atinentes à disposição final de pilhas, baterias e agrotóxicos, as normas ISO 14000, os selos verdes e as disposições que impedem a publicidade de produtos nocivos à saúde e ao meio ambiente (LEMOS, 2011).

porém ainda peca em materializar políticas públicas de orientação do consumidor com relação ao consumo desregrado, excessivo e despreocupado com as inter-relações e interconexões mantidas entre o homem e o meio ambiente. São comuns medidas governamentais de impulso ao consumo como mecanismo de satisfação e recrudescimento do sistema macroeconômico, porém, ao inverso, é absolutamente escasso – senão inexistente – o estabelecimento de políticas educacionais para conscientizar o consumidor sobre os impactos do consumismo.

Sagaz é a ponderação de Brubaker (1976, p. 209): "se retardarmos a expansão do consumo de bens exigindo melhorias de qualidade e durabilidade, poderemos expandir o nosso consumo em outras áreas – alguns tipos de lazer, interesses culturais e intelectuais".

6 CONCLUSÃO

Atualmente, na sociedade de consumo em que o mundo ocidental está arraigado, quase não se encontra tempo ao lazer e às tarefas frugais[33]. A ilógica política do consumismo serve, no mais das vezes, como válvula de escape ao cidadão comum, tencionando fugir dos malogros diários próprios do mundo competitivo, forjado sob as incertas regras mercadológicas. No entanto, ainda que se ponderem esses fatores do ser humano no exercício do papel de consumidor, não pode ser retirado o dever de autoconscientização ambiental, de modo a refletir a importância de sua função no meio ambiente, concebendo-o a partir de um olhar mais coletivo do que individual. Deve-se ter ciência de que se vive em um planeta cujas capacidades extrativistas são absolutamente finitas em razão da escassez dos recursos naturais; isso há de ter nevrálgica influência nos atos de consumo.

Emerge, assim, a necessidade de mudança de paradigma, transformando a valoração do homem em relação ao meio ambiente, segundo os métodos originários de uma visão sistêmica, em que se possa dela depreender

33 Os adeptos abandonam a busca frenética de bens materiais em favor de um estilo de vida mais simples, envolvem-se com reciclagem, com jardinagem doméstica, optam por ir de bicicleta ao trabalho, estão envolvidos na "rebelião contra o consumo ostensivo e a obsolescência planejada" (BROWN, 1983, p. 406).

a coexistência e codependência mútua entre todos os seres vivos do planeta, sendo entoada como cântico a preservação ambiental para as atuais e futuras gerações (paradigma da sustentabilidade). Para consagrar esse ponto de vista, fundamental é afastar uma perspectiva fragmentada e linear da cadeia de produção de bens, bem como divulgar a conscientização de que os atos resultantes do consumo desenfreado têm consequências diretas na realidade cotidiana, afetando a vida do planeta e de todos os organismos vivos que nele habitam e que dele necessitam.

Precisam-se romper as algemas do hábito. Nas palavras de Oscar Wilde, citado por Dubos (1974, p. 196):

> Um mapa do mundo que não inclua a Utopia não vale a pena ser olhado, pois deixará de lado o único país no qual a Humanidade está sempre aportando. E, quando ela aí aporta, observa em redor e, vendo um país melhor, iça velas. O progresso é a realização de utopias.

REFERÊNCIAS

AZEVEDO, Paulo Faraco de. **Ecocivilização**: ambiente e direito no limiar da vida. 2. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2008.

BAUMAN, Zygmund. **Globalização**: as conseqüências da modernidade. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999.

_____. **Vida para consumo**: a transformação das pessoas em mercadorias. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2008.

BOLIVIA. Constitución (2007). **Constitución Politica del Estado**. Sucre: Magna Asamblea Constituyente, 2007.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

_____. Lei n. 8.078, de 11 de setembro de 1990. Dispõe sobre a proteção do consumidor e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 12 set. 1990.

BROWN, Lester R. **Por uma sociedade viável**. Rio de Janeiro: Fundação Getulio Vargas, 1983.

BRUBAKER, Sterling. **Viver na Terra**: o homem e seu ambiente em perspectiva. São Paulo: Cultrix, 1976.

CALDEIRA, Jorge. **Brasil**: a história contada por quem viu. São Paulo: Mameluco, 2008.

CAPRA, Fritjof. **A teia da vida**. São Paulo: Cultrix, 2004.

DI BIASE, Walter. **O homem, a civilização, a agressividade**. Rio de Janeiro: Cátedra, 1977.

DORST, Jean. **Antes que a natureza morra**: por uma ecologia política. São Paulo: Blücher, 1973.

DUBOS, Rene Jules. **Um animal tão humano**. São Paulo: Melhoramentos, 1974.

ECUADOR. Constitución (2008). **Constitución de la República del Ecuador**. Quito: Asamblea Constituyente, 2008.

FERRAZ JÚNIOR, Tércio Sampaio; SALOMÃO FILHO, Calixto; NUSDEO, Fábio. **Poder econômico**. Barueri: Manole, 2009.

GABARDO, Emerson. **O jardim e a praça para além do bem e do mal**: uma antítese ao critério de subsidiariedade como determinante dos fins do Estado social. 2009. Tese (Doutorado em Direito) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2009.

HARDING, Stephan. **Terra-viva**: ciência, intuição e evolução de Gaia. São Paulo: Cultrix, 2008.

HAWKEN, Paul; LOVINS, Amory; LOVINS, Hunter. **Natural capitalism**: creating the next industrial revolution. [S.l.]: Little Brown, 1999.

LEBOW, Vitor. Price competition in 1955. **Journal of Retailing**, p. 5-10/42-44, Spring 1955. Disponível em: <https://pt.scribd.com/doc/965920/LebowArticle>. Acesso em: 14 set. 2011.

LEFF, Enrique. Os direitos ambientais do ser coletivo. In: _____. **Saber ambiental**: sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder. Petrópolis: Vozes, 2001.

_____. **Racionalidade ambiental**: a reapropriação social da natureza. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

LEMOS, Patrícia Faga Iglesias. **Resíduos sólidos e responsabilidade civil pós-consumo**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2011.

LIMONCIC, Flávio. American way of life. In: SILVA, Francisco C. Teixeira da (Org.). **Enciclopédias de guerras e revoluções do século XX**. Rio de Janeiro: Campus, 2004.

MATURANA, Humberto. **De máquinas e seres vivos**: autopoiese – a organização do vivo. 3. ed. Porto Alegre: Artes Médicas, 1997.

NUSDEO, Fabio. **Curso de economia**: introdução ao direito econômico. 6. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2011.

PRINGLE, Laurence; DI BIASE, Marília Coutinho. **Ecologia**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1977.

SINGER, Paul. A cidadania para todos. In: PINSKY, Jaime; PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). **História da cidadania**. São Paulo: Contexto, 2003.

WEBER, Max. **A ética protestante e o espírito do capitalismo**. São Paulo: Abril Cultural, 1980. (Coleção Os Pensadores).

_____. **Economia e sociedade**: fundamentos da sociologia compreensiva. Brasília, DF: Universidade de Brasília, 1991. v. 1.

Correspondência | Correspondence:

Antonio Augusto Cruz Porto
Avenida Cândido Hartmann, 531, ap. 1101, CEP 80.730-440, Curitiba, PR, Brasil.
Fone: (41) 3091-0300.
Email: manoporto@onda.com.br

Recebido: 04/03/2013.
Aprovado: 27/07/2013.

Nota referencial:

PORTO, Antonio Augusto Cruz; TORRES, Cibele Merlin. A importância da percepção holística do consumidor como suporte de uma sociedade perdurável. **Revista Direito e Liberdade**, Natal, v. 15, n. 2, p. 63-92, maio/ago. 2013. Quadrimestral.